

Universidade pública & setor produtivo: o conceito de intelectual orgânico em Gramsci

*Maria de Lourdes Pinto de Almeida**

Resumo

A classe detentora do capital “monopoliza” a cultura, a ciência e a arte. Nesse sentido, a ciência torna-se meio de apropriação e expropriação econômico e cultural. Contudo, os intelectuais, apropriando-se do conhecimento e detendo os instrumentais para produzi-lo e transmiti-lo, contribuem para explicar, conservar ou transformar a sociedade na qual estão inseridos. A universidade, na sua correlação com os meios de produção material, reproduz e corresponde às necessidades sociais, conforme as influências dos grupos organizados defensores de interesses de classes. A universidade apresenta-se como fator superestrutural, mas está intrinsecamente ligada ao setor produtivo, tanto no sentido de que se constitui como empresa como no de que produz saberes ligados ao incremento técnico diretamente relacionado com a produção científica e cultural.

Palavras-chave: Universidade pública. História da educação.

À universidade cabe sempre o dizer de Marx, “os homens são produtos das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produtos de circunstâncias diferentes e de educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado”.¹ A questão da práxis, com ação ética e política de persuasão e influência que os homens exercem sobre si, está en-

* Pedagoga, História, formada pela Unicamp. Mestra e Doutora em História, Filosofia e Educação pela Unicamp. Docente pesquisadora da Unicamp e da PUCcampinas. Pesquisadora e pós-doutoranda da USP. Autora dos livros *Universidade pública & iniciativa privada; Escola e modernidade, ciência e pós-modernidade*. Pesquisadora do núcleo Gepes e do Lapplane com sede na Unicamp. Membro da Sociedade Brasileira de História da Educação e do GT 11-Políticas de Ed. Superior da Anped. Docente pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense. E-mail: www.atomoealinea.com.br

raizada na atividade acadêmica. Nesse aspecto, os acadêmicos circunscrevem-se na superestrutura, no campo da luta política.

Nessa perspectiva, o pensamento de Gramsci é fundamental para se compreender o papel do intelectual. Inicialmente, é destacável que ele amplia a concepção de Estado do “marxismo clássico”. O pensador italiano mostra que a luta política nas sociedades atuais se dá menos “contra” o Estado do que no próprio Estado. Este se apresenta como instância mediadora de interesses de classes, em vez de mero representante da classe dominante. Nele, portanto, os antagonismos se manifestam.

Ao lado dos aparelhos coercitivos do Estado (sociedade política), Gramsci destaca os aparelhos privados de luta ideológica, estes inseridos em duas esferas no interior da superestrutura: a sociedade civil e a sociedade política. Trata-se de esferas distintas, mas articuladas do ponto de vista do domínio de classes. A sociedade política é o conjunto de aparelhos com os quais a classe dominante detém e exerce o monopólio legal ou de fato da violência. Já a sociedade civil tem como base material os aparelhos privados de hegemonia, cuja função é exercer o poder hegemônico por meio do consenso e da direção da classe social no poder. Destacam-se a imprensa em geral, os sindicatos, igrejas, escolas e, sobretudo, os partidos políticos como fulcro da ação coletiva.

O papel do “intelectual orgânico”, engajado na luta política, torna-se

fundamental na concepção de luta de classe gramsciana. Nessa perspectiva, a universidade pode ser pensada como um duplo e articulado campo de atuação, tanto como incremento da força produtiva e do lucro quanto de confronto político e ideológico, da busca da hegemonia e da supremacia (momento de unificar do consenso e da conquista do poder de “fato”).

Gramsci opera uma fusão prático-teórica (práxis) segundo a qual podemos compreender todos os homens como intelectuais. Nesse sentido, o empresário torna-se não só um acumulador ganancioso, mas, sobretudo, um intelectual orgânico, articulador de interesses de classes.

Os empresários-se não todos, pelo menos uma elite deles-devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, devem possuir a capacidade de escolher os “prepostos” (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à fábrica (GRAMSCI, 1978, p. 4).

Nessa perspectiva, as relações entre a universidade e a empresa podem ser pensadas não apenas como relações de interesses de transferências de técnica (academia = balcão de tecnologia), mas, sobretudo, como relações políticas em que os “interesses econômicos” e os “fins públicos” encontram-se correlacionados na luta hegemônica.

A ciência só pode ser pensada como atividade neutra desvinculada da política (valores e ideologia das tendências de classe) se concebida abstraída do contexto histórico, da práxis. Nesse sentido é que se pode falar da atividade acadêmica como um contributo para o progresso do patrimônio comum do saber humano. Assim, ela se compreende como atividade “pública” desinteressada. Essa ilusão já foi duramente denunciada, mesmo em seu nascedouro, no século XVIII, mas coube a diversa corrente marxista enfatizar o caráter ideológico e classista de tal atividade.² Gramsci denuncia o caráter encantado dessa concepção de progresso científico positivista, na qual se vislumbra um sentido escatológico, uma salvação mecânica; em que se dispensa o esforço do homem, por se crer que tudo vai por si, conforme o avanço das “especializações dos novos ramos do de investigação” (GRAMSCI, 1995, p. 71).

A relação entre as ciências naturais e sociais, unidas pela concepção de práxis, separa-se pela noção de objeto. As primeiras, no sentido positivista, das quais dificilmente podem se desvencilhar, voltam-se para o estudo do natural, enquanto afastamento do que é humano, subjetivo, circunscrevendo um campo de rigor em que a interatividade, relação sujeito objeto, permanece sob controle, supostamente incapaz de interferir decisivamente nos resultados. Nas ciências sociais que estudam a práxis humana (a produção, manutenção das

instituições humanas, que vão desde a linguagem até o Estado), ainda que o rigor metodológico se esforce por eliminar a subjetividade, o pesquisador reconhece-se como parte integrante do objeto, uma vez que os resultados das pesquisas tendem a interferir no próprio objeto. Mas, na verdade, todas as ciências (quer naturais ou sociais) são atividades humanas e o saldo de ambas se dá como práxis.

Há um caráter antropológico irreduzível nas ciências naturais também. Conforme Gramsci, objetividade é intersubjetividade, na qual se “determina o que é comum a todos os homens”; enquanto tal, poder-se-iam verificar, da mesma maneira e de modo independente, os mesmos procedimentos e resultados, desde que se resguarde a mesma condição técnica. “Objetivo”, diz Gramsci, “significa precisamente... aquela realidade que é verificada por todos os homens, que é independente de todo ponto de vista que seja puramente particular ou de grupo” (1995, p. 69).

O caráter antropológico da ciência assinala a sua função superestrutural, sua força hegemônica. Ao lado do “fato objetivo” justapõe-se o “sistema de hipóteses” (subjetivo, ele supera “o mero fato objetivo”). Cabe ao trabalho crítico do “intelectual orgânico”, como representante e agente de uma determinada classe, reinterpretar os fatos, desviando as tendências ideológicas inerentes a um sistema de hipóteses filosóficas implícitas numa determinada “ciência”. Por essa razão, admite

Gramsci, um grupo social pode “apropriar-se da ciência de um outro, sem aceitar a sua ideologia” (1995, p. 71).

As ciências naturais determinaram-se pelo caráter quantitativo, ao passo que as ciências da práxis vincular-se-iam ao qualitativo. Como quantitativo retomamos as idéias de Gramsci. Ainda que o nexos quantidade-qualidade seja inseparável, distinguem-se por um critério operacional: o quantitativo, que admite previsões e a construção de planos de trabalho. Diz o filósofo italiano:

Afirmar que se quer trabalhar sobre a quantidade, que se quer desenvolver o aspecto “corpóreo” do real, não significa que se pretenda esquecer a “qualidade”, mas, ao contrário, que se deseja colocar o problema quantitativo da maneira mais concreta e realista, isto é, deseja-se desenvolver a qualidade pelo único modo no qual tal desenvolvimento é controlável e mensurável (GRAMSCI, 1995, p. 50).

Os dois aspectos são percebidos, portanto, como os mesmos, mas em perspectivas diferentes. Do ponto de vista histórico, ambas as atividades podem ser compreendidas como práxis. A pesquisa visando a aplicações técnicas, por mais objetiva, quantitativa, que se pretenda, tem o seu nível de teoria prática inserida num contexto histórico mais amplo, no qual a teoria e a prática são práxis.

Se se coloca o problema de identificar teoria e prática, coloca o problema de identificar teoria e prática uma teoria, a qual, coincidindo e identificando-se com os elementos decisivos da própria prática, acelere o processo histórico

em ato, tornando a prática mais homogênea, coerente, eficiente em todos os seus elementos, isto é, elevando-a a máxima potência, ou então, dada uma certa posição teórica, no sentido de organizar o elemento prático indispensável para que esta teoria seja colocada em ação. A identificação de teoria e prática é um ato crítico, pelo qual se demonstra que a prática é racional e necessária ou que a teoria é realista e racional (GRAMSCI, 1995, p. 51).

A relação entre conhecimento e tecnologia é histórica. Abstraida do contexto, ela se apresenta como incremento da atividade produtiva, revelando-se relação do homem com a natureza. A análise das relações entre ciência e progresso técnico revela a história de tal empreendimento humano. No entanto, essa história faz parte de uma história mais ampla, movida pelas contradições de interesses, pela luta de classes – o problema da afirmação ou negação da luta de classe é ideológico, hegemônico, mas fundamental para compreendermos a práxis acadêmica. O livro de S. Rugiu revela-nos esse caráter histórico da relação saber-fazer da ciência e da técnica enquanto indissociáveis da teoria e prática (práxis). Há um vínculo inseparável entre a ciência, a técnica e a práxis.

Rugiu mostra como, historicamente, a divisão ciência e técnica revela-se, no seio das atividades pré-industriais, correlacionada com as concepções de mundo, que só se alteraram com as mudanças das relações de produção. Essa obra constitui-se num modelo de análise histórica em que os

aspectos econômicos, técnicos, científicos, culturais e pedagógicos se inter-relacionam e se explicam.

A pedagogia mitigada das corporações de ofício revela o poder do conhecimento ao tornar o segredo o elemento básico da apropriação da força de trabalho e da produção por uma instituição impessoal. A distinção entre artes liberais e artes mecânicas (RUGIU, 1998, p. 32), antes de revelar domínios hierárquicos de separação entre teoria e prática, mostra uma ruptura social mais ampla, baseada na separação entre trabalho produtivo (mecânico) e atividade livre, ociosa. Havia uma ruptura entre “produção de pensamento e produção de mercadoria” (1998, p. 34).

A aristocracia pré-capitalista, renegando a atividade produtiva e comercial, estava tomada pelo preconceito de que “a palavra..., da qual os docentes se serviam não menos que os leguleiros e outros intelectuais, não pode ser vendida e não é nem mesmo mérito do homem reproduzi-la, porque pertence ao senhor antes de qualquer coisa criada” (RUGIU, 1998, p. 35). Tal como as prostitutas eram condenadas por venderem o corpo criado por Deus, “a produção dos intelectuais vendedores de palavras, particularmente, os ensinantes, podia ser assemelhada a uma forma de prostituição” (p. 35). Com o advento do capitalismo, não só o trabalho mecânico seria elevado de condição como produtor de “mercadoria”, mas a atividade intelectual também passaria a ter seu preço.³

Assinala Rugiu que não só os objetos se mercantilizam, “mas também as idéias e a própria atividade de transmissão de idéias e de comportamentos, ou seja, a atividade pedagógico-didática que conota o ensinante como artesão” (1998, p. 36). Contudo, em ambos os contextos históricos, quer das corporações protecionistas, quer do capitalismo competitivo, o segredo de fabricação é fundamental como “alma do negócio”.

Tal análise da produção e transmissão do conhecimento como *trabalho e mercadoria* é pertinente ao estudo de problemas ligados à vida acadêmica, especificamente no campo da pesquisa. Nesse sentido, estabelecemos dois focos de análise: no primeiro, tomamos a ciência em sua relação com a produção, como atividade de incremento de técnicas; no segundo, é enquadrada no contexto da práxis, como interação, relação de dominação e resistência do homem sobre o homem. Na primeira perspectiva enquadram-se as ciências da “natureza”; nestas, o materialismo histórico e a noção de práxis. Ainda que se possa falar, como nas perspectivas alinhadas ao positivismo, num reducionismo de ambas, visto que uma mesma metodologia supõe um mesmo objeto, ou seja, fatos, sujeitos a uma abordagem empírica e mensurável quantitativamente, destacando os aspectos objetivos e subjetivos do mundo, a noção de “práxis” (gramsciana) supõe a intrínseca relação teoria-ideologia-técnica-prática.

A informação científica, voltada para o incremento da força de produ-

ção, atua tanto na preparação do trabalhador para determinadas funções, especializando-o ou suprindo-o com o saber necessário para efetivar determinadas tarefas, como atua diretamente na produção da tecnologia, na construção de máquinas e processos capazes de aumentar a eficácia dos meios de produção e incrementar o lucro, a mais valia. Nesse âmbito, a atividade intelectual, desenvolvida na academia, liga-se diretamente com a “estrutura” produtiva. Estudar esse vínculo significa analisar a atividade do intelectual, seus produtos (informação e tecnologia) e o destino, as empresas que incorporam tal saber. Esse recorte analítico circunscrever-se-ia ao levantamento dos progressos efetuados, indo desde a origem dos projetos até os resultados práticos verificáveis na “produção”. Nesse caso, o intelectual se confunde com um funcionário do progresso técnico-científico, quer esteja atuando nos centros privados de pesquisa, quer nas universidades públicas.

Ao se estudar, por outro lado, a prática do intelectual enquanto inserido no contexto histórico mais amplo novos elementos apresentam-se. Entre esses se destacam as opções e as posições do intelectual diante da correlação de forças políticas. Neste âmbito, interessa a análise das concepções ideológicas inerentes às práticas dos intelectuais – ideológico no sentido de visão de mundo, de sociedade e, sobretudo, do papel da ciência. Aqui se exige um posicionamento político do “acadêmico”, o qual pode ser tácito

ou confesso. As linhas de pesquisas, os objetos escolhidos, os convênios e os fins aos quais destinam sua pesquisa mostram as opções inerentes à atividade, tanto quanto a sua fala ou o que expressa em entrevistas, atas, artigos de posicionamento político.

Quando falamos em ideologia, referimo-nos às concepções de público e privado, em que se compreendem termos como “governo” e “mercado”, “iniciativa privada” e “iniciativa do Estado”. Nesse sentido, admitimos que os fatores mais influentes sobre a pesquisa seriam as tendências do mercado, ou as demandas por novos processos e incrementos tecnológicos, em razão da concorrência entre empresas, bem como os programas de governo voltados para P & D. No primeiro caso, as pesquisas obedeceriam à própria dinâmica “anárquica” do mercado; no outro, dar-se-iam conforme parâmetros e objetivos prefixados e politicamente orientados conforme as tendências hegemônicas. Nesse sentido, duas inclinações: a privada, em que não haveria um controle “prévio” por uma autoridade centralizada, e a pública, em que se verifica uma diretriz dada por uma autoridade comum, no caso o Estado, como representante da “coletividade”. Cabe determinar o que é público ou coletivo. Nisso reside o aspecto ideológico, uma vez que estamos no campo da “persuasão”.

Na complexidade histórica não se pode desvincular Estado de mercado, quer dizer, as relações econômicas das relações políticas. Pode-se falar de hegemonia, no sentido de que as forças

ligadas aos interesses do mercado, do lucro, prevaleçam, no sentido de determinar um consenso capaz de garantir diretrizes públicas voltadas para os interesses do capital. Assim, também se pode falar na hegemonia das forças intervencionistas, negadoras da mera dinâmica do mercado, enquanto determinante das diretrizes comuns, as quais visa regular ou modular o próprio mercado, no sentido de contrariar a sua “espontaneidade” anárquica. Trata-se de hegemonia no sentido de que a tendência pública imprimida pelo Estado, quer conforme os interesses do “livre mercado”, quer dos que se propõem discipliná-lo ou suprimi-lo, exige um consenso e um constrangimento que só podem se efetivar com os usos dos aparelhos governamentais. A luta política (hegemônica) trava-se em torno da ocupação dos espaços do Estado, dos mecanismos de controle do público.

Nesse sentido, o desmantelamento da universidade pública ou o seu incremento dependem das tendências hegemônicas de plantão. O mesmo se diz dos “incentivos” públicos para a privatização da pesquisa e criação de centros de desenvolvimento tecnológicos diretamente vinculados com as exigências das empresas. Mesmo no interior da universidade pública os rumos da pesquisa dependem das tendências hegemônicas vinculadas aos projetos, aos grupos de pesquisas, aos departamentos, às reitorias. *Trata-se das forças capazes de determinar o que é prioritário.*

Em todo caso, mesmo a tendência hegemônica rotulável de liberal ou in-

tervencionista, nos diversos matizes, supõe a existência de uma esfera pública (independentemente do nome e das conseqüências inerentes às idéias de “soberania nacional” e “compartilhada”). Ambas supõem os aparelhos do Estado como dispositivo para efetivar as tendências hegemônicas. (O “Estado mínimo” dos liberais supõe o Estado ampliado de Gramsci, no qual os aparelhos públicos constrangedores, inerentes à esfera do político, não se dissociariam dos aparelhos ideológicos, capazes de garantir a hegemonia). Diante do conceito de Estado ampliado, o papel do intelectual, por mais acadêmico e técnico que seja, não se desvincula do momento hegemônico.

No entanto, deve-se lembrar que o embate hegemônico em Gramsci supõe que a verdadeira práxis “não é o instrumento de governos ou de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas”. Afirma-se, ao contrário, que a práxis é “expressão das classes subalternas, que querem educar a si mesmas na arte do governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades –inclusive as desagradáveis – e evitar enganos” (GRAMSCI, 1995, p. 270). Trata-se de uma radicalização da democracia que o capitalismo não suportaria. É nesse sentido que a noção de “sociedade regulada” gramsciana supõe uma liberdade política que, por si só, significa muito mais do que controle ou eliminação do mercado, uma reestruturação das relações de produção, mas uma socialização da economia e da informação.

O desaparecimento da “sociedade política” e o advento da “sociedade regulada” implicam uma era em que no livre jogo hegemônico, enquanto embate de ideologias, não se admite o controle pela força nem a apropriação privilegiada do saber por uma classe em detrimento da outra, o que só é, de fato, possível pela eliminação da divisão social em “classes”, ou do “governo político”, do constrangimento. Antes de acusar Gramsci de pedagogismo romântico, deve-se salientar o caráter agosnístico em torno da disputa pela informação, ponto sem o qual a concepção de “intelectual orgânico” ou de “príncipe moderno” esvazia-se, sendo, portanto, superada pelos novos tempos. O cimento do bloco histórico deve ser visto como o saber circulando entre os intelectuais e a massa, o que acaba por admitir a não-distinção entre ciências naturais e políticas, entre um saber meramente voltado para o incremento técnico e um conhecimento “político” (das relações humanas) visando apenas tomar o poder e mantê-lo.

Ainda que cada um atue no seu nível, (a relação homem-natureza e relação de poder entre os homens), as duas esferas da ciência estarão sempre implicadas. Ao se apropriar dos meios de produção, os trabalhadores apropriam-se do saber (da produção do conhecimento) capaz de mantê-los e incrementá-los. Nesse caso, implica redefinir os rumos das pesquisas não conforme o mercado, mas conforme as exigências coletivas (hegemônicas).

As noções gramscianas são importantes para uma análise histórica

da atividade acadêmica, permitindo-nos pensar o papel do intelectual em suas várias modalidades. Ao invés de contrapor os intelectuais tradicionais e os orgânicos, contrapomos estes aos atrelados, aos capitalistas, portanto direcionados pelos rumos do mercado, movidos pela lógica do lucro. Com a hegemonia maciça do liberalismo, esse enfoque pode parecer anacrônico. No entanto, a sua pertinência reside aí. Trata-se da própria noção de hegemonia, termo gramsciano que, se não nos permite analisar a *démarche* interna das revoluções científicas, permite-nos compreender os “abortamentos históricos” de revoluções sociais, perante as quais as revoluções científicas seriam apenas capítulos.

Abstract

University publishes & productive sector: the intellectual in Gramsci

The classroom detainer of the capital “monopolizes” the culture, science and the art. In this direction, science becomes half of appropriation and economic and cultural expropriation. However, the intellectuals assuming themselves of the knowledge and withholding the instruments for producing it and transmitting it contribute to explain, to conserve or to transform the society into which they are inserted. The university, in its correlation with the material means of production, reproduces and corresponds to the social necessities, as you influence them of the organized

groups defenders of interests of classrooms. The university is presented as superstructural factor, but she is on to the productive sector. As much in the direction where if it constitutes as company, as in the one of that it produces to know on to the increment technician directly related with the scientific and cultural production.

Key words: University publishes. História of the education.

Notas

- ¹ MARX, K. I. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa Ômega, [s. d.]. p. 208-209. v. 3.
- ² A ciência é superestrutura, uma ideologia, diz Gramsci. Como tal, não escapa do caráter agonístico, do embate hegemônico de classes. “A ciência e a técnica dos árabes eram tidas pelos cristãos como pura bruxaria”, diz aquele filósofo (GRAMSCI, 1995, p. 71).
- ³ Conforme Rugiu (1998, p. 36): “Em breve tempo, a burguesia conseguirá fazer com que não só a atividade ‘liberal’ dos mestres das Universidades (dos estudos), mas também aquela ‘mecânica’ dos mestres artesãos, fosse considerada um merecido produto daqueles artífices e, portanto, sem absolutamente contestar a doutrina da origem divina da realidade e dos conceitos que ali estavam implicados – suscetível de se transformar em uma mercadoria que pudesse ser vendida e comprada como qualquer outra. A produção humana intelectual e material tomava-se, assim, equiparada, em certo sentido, aos fardos de algodão ou à moeda, como mercadoria das mercadorias, e assim por diante, sem proibições e sem as condenações que o magistério eclesiástico havia precedentemente explicitado em relação às trocas e manobras sobre o valor da moeda.”

Referências

- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- _____. *Concepção dialética da história*. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- HOBBSBAWN, E. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LOWY, M. *Método dialético e teoria política*. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- MARX, K. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Estampa, 1973.
- RUGIU, A. S. *Nostalgia do mestre artesão*. Campinas: Autores Associados, 1998.
- SAVIANI, D. *Do senso comum à consciência filosófica*. Campinas: Autores Associados, 1993.
- _____. *Política e educação no Brasil*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1988.
- _____. *Educação e questões da atualidade*. São Paulo: Livros do Tatu; Cortez, 1991.
- _____. O debate teórico e metodológico na história e sua importância para a pesquisa educacional. In: SEMINÁRIO NACIONAL, IV. Campinas, 1997.
- SCHAFF, A. *História e verdade*. Lisboa: Estampa, 1974.